

Transformar a vida, transformar a cidade: uma tentativa de reflexão sobre algumas experiências históricas tendo em vista a prática projetual na Habitação de Interesse Social

MACHADO, NARA HELENA NAUMANN. (1); LIMA, RAQUEL RODRIGUES. (2)

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo FAU/PUCRS. Departamento de Teoria e História da Arquitetura
nmachado@pucrs.br
2. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo FAU/PUCRS. Departamento de Teoria e História da Arquitetura
raquel.lima@pucrs.br

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo focar algumas experiências pontuais no campo da arquitetura e do urbanismo, direcionadas à conjuntos habitacionais de baixa renda, realizados sob a ótica dos pressupostos modernistas. Na busca de subsídios para uma melhor qualificação da Arquitetura atual e futura, visa-se à reflexão sobre como estes pressupostos, tomados em seu pleno sentido, tentaram incidir no campo urbano buscando qualificar a vida em comunidades. Entre outras possibilidades, optou-se – pela riqueza de seus pressupostos, pela validade de alguns de seus paradigmas – por apresentar algumas práticas de habitação social ocorridas na Rússia e na Alemanha, no primeiro pós-guerra; após, abordar-se-á a experiência de um conjunto habitacional do final dos anos quarenta, no Brasil. Pretende-se, neste sentido, resgatar algumas proposições que possam subsidiar criticamente a prática projetual atual no domínio da Habitação de Interesse Social.

Palavras-chave: conjuntos habitacionais; pressupostos modernistas; vida em comunidades.

ABSTRACT

The present work concentrates on some punctual experiences in the field of architecture and urbanism relating to low income housing developments, under the perspective of modernist presuppositions. In the search for subsidy for a better qualification of current and future Architecture, we aim at a reflection about how these presuppositions, taken at their widest sense, have tried to influence the urban field with the aim of qualifying life in communities. Among the possibilities, we have chosen to present some practices of social housing in Russia and Germany after the First World War. The choice is due to the richness of their principles and the validity of some of their paradigms. After that, we treat the case of a housing development in the late 1940s in Brazil. We aim at recovering some propositions that may critically support the current project practice in the domain of Social Housing.

Key-words: housing developments; modernist presuppositions; life in communities.

RESUMEN

El objetivo del presente trabajo es el análisis de algunas experiencias puntuales en el campo de la arquitectura y del urbanismo, relacionadas con la creación de conjuntos habitacionales de bajo costo realizados a partir de una óptica de orientación modernista. Procurando soluciones para una mejor calidad en la arquitectura actual y futura, se busca una reflexión sobre como esa orientación modernista, tomada en su sentido más pleno, intenta incidir en el campo urbano buscando mejorar la calidad de vida en comunidades. Entre otras posibilidades, se ha optado –dada la riqueza de sus principios y la validez de algunos de sus paradigmas– por presentar algunas prácticas de vivienda social realizadas en Rusia y en Alemania, durante la primera postguerra; posteriormente, se abordará la experiencia de un conjunto habitacional de fines de los años cuarenta, en Brasil. En este sentido, se busca rescatar algunas propuestas que puedan auxiliar críticamente la práctica proyectual actual en el ámbito de la Vivienda de Interés Social.

Palabras clave: conjuntos habitacionales; orientaciones modernistas; vida en comunidades.

Introdução ao tema

É inegável o papel preponderante que a dimensão urbana passou a assumir para amplos setores populacionais no mundo ocidental, a partir do século XIX. O processo desencadeado pela Revolução Industrial estimulou consideravelmente o crescimento das cidades assim como o surgimento de novas conurbações. Não sem o aporte e/ou a ampliação de uma série de problemas, entre os quais a ausência mínima de infraestrutura, a densificação caótica dos núcleos centrais das cidades existentes, a saturação do tráfego urbano e, o que não é secundário, uma importante segregação social. No campo da habitação, aumentou a proliferação de habitações miseráveis, de cortiços bem como o ganho fácil para os investidores nesta área (BENÉVOLO, 1976, p. 19 e segs.; RAGON, 1971, p. 31 e segs; RYKWERT, 2004, p. 104 e segs.). Uma história específica das habitações miseráveis mostraria que tal situação, longe de estar resolvida, amplificou-se consideravelmente ao longo do século XX, em que pese, por um lado, uma maior intensidade – já a partir dos primeiros decênios do século XIX – da denúncia contundente à deterioração crescente das cidades e, por outro, uma maior consciência da necessidade de encontrar soluções, tanto em termos de iniciativas para promulgação de legislações sanitárias e urbanísticas eficientes como no âmbito de reformulações urbanas, maiores ou menores, nas cidades existentes.

No que diz respeito ao momento atual, Mike Davis refere, pertinentemente, que, a permanecer o ritmo frenético de crescimento das desigualdades, com a aceleração, em números alarmantes da pobreza a nível mundial, a percepção urbana do futuro já pode já ser antevista, sem nenhum exagero, como uma amplificação de agrupamentos humanos com “excesso de população, habitações pobres ou informais, acesso inadequado à água potável e condições sanitárias e

insegurança da posse da moradia” (DAVIS, 2006, p. 33), ou seja, como uma crescente conformação de cidades-favelas ou mesmo mega-favelas. E o próximo período está chegando ou, talvez, já esteja entre nós.

E, certamente é no terreno habitacional que a miséria apresenta uma de suas faces mais perversas. Pois, podemos concordar, em qualquer lugar do mundo e ao longo da história, a habitação pode ser considerada como um bem inalienável ao ser humano. Entretanto, o acesso a um teto foi, no passado, e vem sendo ainda hoje, diferenciado, segundo o status social, as posses de cada indivíduo e de sua família. Sem entrar nos meandros da teia das relações de produção e de suas modificações ao longo da história, é com o desenvolvimento do sistema capitalista – sob cujo marco ainda vivemos – que a defasagem entre as necessidades habitacionais de amplos setores da população e sua satisfação vêm se acentuando cada vez mais.

As soluções que dão conta da complexidade do problema certamente ultrapassam a esfera de intervenção do arquiteto-urbanista. Mas, tendo presente a possibilidade concreta de atuação desse profissional em programas habitacionais, tanto a partir de iniciativas governamentais como privadas, a urgência da *quantidade* de habitações não pode, absolutamente, secundarizar a questão da *qualidade* indispensável a qualquer tipo de moradia, o que, aliás, quase sempre acontece.

O presente trabalho tem como objetivo focar algumas propostas no campo habitacional de baixa renda, realizadas sob a ótica dos pressupostos modernistas, com o objetivo de resgatar experiências que possam subsidiar uma postura reflexiva e crítica na prática projetual atual neste domínio. Para tal, entre outras possibilidades, apresentamos especificamente algumas proposições de habitação social ocorridas na Rússia e na Alemanha, no primeiro pós-guerra; após, abordamos a experiência de um conjunto habitacional do final dos anos quarenta, no Brasil.

Cabe referir que adotamos, em relação aos dados históricos, uma rigorosa posição crítica que busca superar simplificações e deformações de abordagens reducionistas e/ou manipuladoras, tendo em vista tanto a singularidade da obra arquitetônica como a sua inserção num contexto histórico determinado e cambiante. Neste sentido, tentamos identificar as razões que motivaram as opções adotadas nas propostas selecionadas e quais as contradições e/ou problemas que suscitam atualmente (TAFURI, p. 238, p. 260-261). Pretende-se dialeticamente, com Walter Benjamin, “uma experiência com o passado, tendo a preocupação de salvar o passado no presente, transformando os dois.” (BENJAMIN, p. 230-231)

O caso do construtivismo: mais que apenas formas novas

Para milhares de pessoas, tanto dentro como fora da Rússia, a Revolução de Outubro de 1917 colocou na ordem do dia a possibilidade concreta de criação de um mundo novo, com novas condições de vida. Um clima de entusiasmo, de euforia, de efervescência cultural predominou,

desde logo, nos meios literários e artísticos a partir dos primeiros momentos pós-revolucionários, em que pese as inúmeras dificuldades vivenciadas pelos novos governantes. No caso da Rússia, o país estava mergulhado na miséria, no caos e na penúria, frutos não apenas da primeira Guerra Mundial, mas também de um atraso secular em todos os domínios, industrial, agrário e, como não poderia deixar de ser, num grau ainda maior, no terreno cultural. Esta situação foi agravada com a guerra civil que envolveu o país a partir do final de 1917 até 1920 (BROUÉ, 1996, p. 28).

Um grande apetite cultural acompanhou a Revolução Russa em vários domínios. O campo urbano e arquitetônico não ficou à margem: ao contrário, frente às imensas necessidades, sobretudo no tocante à questão habitacional, desde logo emergiram grandes debates sobre os caminhos a seguir, com a afluência de inúmeros grupos, alguns mais utópicos, outros mais radicais. Tratava-se, de maneira diferenciada, de estimular a criação de obras de arte que “traduzissem, em forma edificada, a dinâmica da Revolução”. (COHEN, 2011, p. 13). Ou seja, vivia-se um momento propício “à correlação entre projeto arquitetônico e projeto social [...] é essa correlação que faz [...] de grande parte da arquitetura soviética dos anos vinte] uma causa social e política ao mesmo tempo que um movimento arquitetônico de vanguarda”, o que terá sua expressão maior com o construtivismo (KOPP, 1990, p. 74). O âmago, para vários arquitetos, seria a conjunção entre uma arquitetura nova e novas formas de vida.

Pode-se considerar que os primeiros anos foram, sobretudo, de proclamações e de experimentações menores. Na revista literária e artística implementada por Vladimir Maiakovski, os integrantes do movimento proclamavam que “O Construtivismo deveria tornar-se a forma superior da engenharia das formas de toda a vida”. E, no primeiro número de sua revista, *Sovremenniaia Arkhitektura* (Arquitetura Contemporânea), em 1926, colocavam que “a arquitetura contemporânea deveria cristalizar o novo modo de vida socialista” (citado por KOPP, 1990, respectivamente p. 76 e 79). A arte e a arquitetura passavam, cada vez mais, a serem vistas como portadoras de uma missão social. Para tal, segundo o arquiteto Moïsseï Guinzbourg, o arquiteto deveria abandonar a torre de marfim na qual se encontrava e “descer rumo à realidade objetiva”, nela intervindo para “modificar o aspecto total da vida” (GUINZBOURG, 1982, p. 117 e 113).

Não se tratava de uma questão secundária: em muitos textos da época, artistas, arquitetos, literatos e políticos enfatizavam os mesmos aspectos, buscando a construção de um projeto social assentado em práticas coletivas de vida, contrapondo-as às práticas individualistas e, inclusive, propondo a transformação completa da estrutura familiar, o que, certamente, caso realizado, teria fortes implicações no plano arquitetônico.

Neste sentido, todo edifício ou conjunto arquitetônico deveria ser “um *condensador social* (termo que eles criaram), ou seja, uma estrutura construída que agiria sobre seus utilizadores, os habitantes do novo modo de vida, e aceleraria sua mutação em direção a um objetivo proclamado inúmeras vezes: “o homem novo” (KOPP, 1990, p. 95). Além das edificações destinadas à

habitações, condensadores sociais por excelência seriam os clubes sociais e os locais de trabalho (BENEVOLO, 1976, p. 521-528).

No que diz respeito à moradia, abriu caminho uma visão contrária ao tipo tradicional de habitação unifamiliar, com a reivindicação de espaços comuns para lazer e cozinhas coletivas, emergindo – destas proposições – a idéia de uma residência comunal da qual despontariam novas práticas comportamentais adequadas à futura sociedade socialista. Tal aspecto foi reforçado ao longo dos anos 20 através do impulso dado à criação de uma série de cozinhas industriais planejadas, algumas responsáveis pela alimentação de grandes contingentes populacionais e, mesmo, de bairros inteiros. Veja-se, por exemplo, a cozinha industrial Narvskaya, em São Petersburgo, projeto de Armen Bárutchev, Izidor Guilter, Yósif Meyerzón e Yásov Rubánchik, construída entre 1928 e 1931 (AMETOVA et al., 2011, p. 158).

Concretamente, a residência comunal construída por M. Guinzbourg e I. Milinis, em Moscou, para os funcionários do Comissariado do Povo para as Finanças, de 1928 a 1930 (o Conjunto Narkomfin) pode ser assinalada como o melhor exemplo no qual uma série de espaços foram pensados para serem coletivos, como cozinha, sala de jantar, lavanderia, serviço de limpeza, jardim de infância, ginásio esportivo, biblioteca, salas de lazer e de estudo, etc. Contudo, os arquitetos tinham consciência de que alguns moradores poderiam apresentar resistências às inovações propostas em termos de ambientes coletivos. Neste sentido, algumas unidades apresentam a possibilidade da cozinha privada. Ou seja, estariam contemplados tanto aqueles que optassem por uma vida mais coletiva como os que desejassem manter uma vida familiar em moldes tradicionais. Na verdade, a idéia era que o “desenho do edifício animasse os seus habitantes a viver em comunidade.” (AMETOVA et al., 2011, p. 168). Este conjunto habitacional expressa um curto novo momento, a partir de meados dos anos vinte, de algumas realizações concretas (CURTIS, p. 207-209).

Clubes-operários – como centros de discussão e de difusão cultural – assim como o desenvolvimento de novos locais de trabalho – isto é, uma nova arquitetura de cunho industrial – também podem ser lembrados enquanto proposições para a construção de um mundo novo. Infelizmente poucas foram as realizações e, várias, após o período inicial, foram deturpadas.

Em termos formais, nas novas edificações predominava a simplicidade e o despojamento quase como um pressuposto à “resposta exata, matemática e funcional para o problema colocado pelas necessidades de construção social”. Isto é, “tudo é nu, claro, limpo e fácil de manter”, subordinando-se, sempre, aos objetivos maiores, à preocupação em criar as condições de “dar [uma nova] forma às relações sociais”. (GUINZBOURG, citado por KOPP, 1990, p. 99 e p. 110).

Mas, se o conteúdo formal deveria subordinar-se aos objetivos maiores, no plano das concretizações têm-se realizações com linguagens bastante próximas àquelas da arquitetura realizada por arquitetos ocidentais, vinculados à chamada arquitetura moderna, especialmente por um Le Corbusier. Aliás, algumas formulações dos construtivistas podem ter influenciado obras de

arquitetos europeus uma vez que a arquitetura soviética comparecia, freqüentemente, em publicações européias (CURTIS, p. 209; COHEN, 2011, p. 17; AMETOVA et al., 2011, p. 168). Mas, quase invariavelmente, no que tange os construtivistas russos, a arquitetura era vista *enquanto causa e não como estilo*.

Período efêmero, contudo. A maior parte das experiências fracassou. Já o início dos anos 30 configurou a afirmação do poder stalinista e a emergência do realismo socialista, com o aviltamento dos ideais defendidos anteriormente e a perseguição aos seus defensores. Em suma, com a destruição do projeto socialista.

O Caso da Alemanha

Na Alemanha, no imediato pós-Primeira Guerra Mundial, em que pese, por um lado, a desesperança pela guerra e seus funestos efeitos, emergiu, por outro lado, um grande entusiasmo e euforia face à Revolução Russa e à possibilidade concreta de implementar algo parecido em solo germânico. Inúmeros organismos de tipo soviético, agrupando operários, soldados e marinheiros, podiam ser encontrados por todo o país. Trata-se de um período inicial no qual vários projetos de caráter utópico foram defendidos e assumidos conscientemente por integrantes de agrupamentos diversos como o *Arbeitsrat für Kunst* (Conselho de Trabalho para a Arte ou Conselho dos Trabalhadores da Arte), *A Gläserne Kette* (A Cadeia de Vidro) ou o *Novembergruppe* (Grupo de Novembro, cujo nome faz alusão à data da Revolução Russa).¹ São propostas que se situam nos marcos de experimentações direcionadas a uma obra de arte total e coletiva, dirigida para o povo.

Um novo momento abre-se em 1921, após a subida da social-democracia ao poder. Sem entrar na questão de fundo referente às oscilações políticas dos novos governantes (já visíveis em 1914, através de sua adesão ao nacionalismo alemão), houve, nos anos vinte, em seu seio, uma grande preocupação em manter a identificação com um projeto de construção de uma nova sociedade. Neste sentido, questões como “o homem novo”, “a nova vida”, “as novas formas de habitação”, “a cidade do futuro” foram recorrentes entre muitos de seus membros, envolvendo grande número de arquitetos. Retomavam-se, com maior ímpeto, preocupações já existentes antes da guerra, nos marcos da própria social-democracia e também calcadas em movimentos como a *Deutscher Werkbund*, nas fortes influências oriundas da cidade-jardim de Ebenezer Howard em solo alemão (com a valorização de um habitat próximo à natureza, a *Gartenstadt*) e, ainda, num movimento feminista bastante atuante e preocupado com a questão habitacional (MILLER-LANE, 1985, p. 87-124; KOPP, 1990, p. 26-41; p. 42-73). Trata-se da possibilidade concreta de promover conjuntos habitacionais populares superando as execráveis *Mietskasernes* (casas de aluguel), tanto anteriores como imediatamente posteriores à guerra.

¹ Alguns anos mais tarde, o *Novembergruppe* orientar-se-á à “busca de objetividade e correção”, nos marcos de uma *Neue Sachlichkeit* (Nova Objetividade) mas ainda com implicações políticas.

No âmbito da República de Weimar, foram os *Siedlungen* que expressaram com mais força a possibilidade de concretização das aspirações destes arquitetos, conjugando “as preocupações dos militantes operários com as dos novos militantes da arte do futuro” (KOPP, 1990, p. 33). Tratam-se de conjuntos habitacionais populares (vilas operárias) que começaram a ser construídos na periferia das cidades, a partir de meados dos anos vinte até 1933. Incentivados pelo poder público através de empréstimos estatais às cooperativas públicas de construção, no geral sem finalidades lucrativas, associaram modalidades diversas de funcionamento; muitos também foram impulsionados por organismos sindicais.

Foram muitos os conjuntos habitacionais então empreendidos. Nos debates em pauta, tratava-se, quase sempre, da defesa de habitações mínimas para cobrir os déficits habitacionais existentes sem, contudo, abrir mão da qualificação do espaço proposto. Organizados nos moldes racionalistas, apresentavam, no âmbito de sua concepção, a plena valorização da necessidade de insolação, vegetação, circulação e de uma organização interna que respondesse às necessidades básicas das famílias envolvidas. Ainda, envolviam modificações nas próprias percepções vigentes do habitar, através da utilização de equipamentos coletivos tais como lavanderias, escolas, restaurantes, playgrounds, entre outros.

Neste sentido, a planificação racional desses espaços, com a simplificação das tarefas domésticas, foi exigida crescentemente com o objetivo de criar uma *Neue Wohnkultur* (uma nova cultura da habitação), negando tanto a residência burguesa como o cortiço tradicional (KOPP, 1990, p. 53). É importante destacar que a cozinha foi pensada, inicialmente, em termos coletivos, mas esta proposição não foi teve sucesso nos *Siedlungen* construídas durante a República de Weimar, pois as famílias acabavam preferindo cozinhas individuais. Ou seja, os usuários – através de seus representantes em organismos governamentais e nas cooperativas envolvidas com a prática habitacional – de maneira limitada, tiveram voz ativa no processo de concepção das habitações, principalmente naquelas produzidas entre 1926 e 1930 (KOPP, 1990, p. 44).

Na visão dos arquitetos engajados com a produção arquitetônica dos conjuntos habitacionais, tratar-se-ia de fazer algo novo, uma arquitetura moderna lógica, “[...] porque somos o movimento de amanhã, um movimento progressista e que, por isso, não pode realizar uma arquitetura que pertence ao passado” (TAUT apud KOPP, 1990, p. 60). Neste contexto, entre outras, são principalmente Frankfurt e Berlim as cidades alemãs que, ao longo dos anos 20, recebem maior número de subvenções para construção de moradias de interesse social. Em todos os casos, as diretrizes são mais *luz, ar e sol!*

A cidade de Frankfurt pode ser lembrada por ter sediado o segundo congresso dos CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), em 1929, cuja temática, justamente, foi a *Existenzminimum* (habitação mínima). Não por acaso foi a primeira cidade, na Alemanha, a realizar um programa mais acabado de habitações públicas em larga escala, com a destacada participação do arquiteto Ernst May como diretor das construções municipais (BENÉVOLO, 1976,

p. 488). Responsável direto por vários conjuntos habitacionais, May recebe influências de Raymond Unwin e das cidades-jardins inglesas, adotando, em Frankfurt, premissas da arquitetura moderna como as mais apropriadas para as necessidades habitacionais. Entre outros, podem ser citados, sob sua responsabilidade, naquela cidade, vários conjuntos de moradias populares como aqueles de *Bruchfeldstrasse*, de *Riedhof-West* (1927-1928), de *Praunheim* (1928) e de *Römerstadt* (1927-1928). Edifícios em zigue-zague (como em *Bruchfeldstrasse*), utilização da cor, jogos de volumes, valorizações curvas e náuticas (como no expressivo conjunto de *Römerstadt*) são alguns recursos utilizados pelo arquiteto, nem sempre com sucesso, para quebrar os efeitos adversos da ampla padronização formal.

Em Berlim, cabe lembrar os gigantescos conjuntos habitacionais *Hufeisen-Siedlung* (Berlim-Britz, 1925-1931) e *Waldsiedlung* (Berlim-Zehlendorf, 1926-1932), (1928-1930), ambas realizações do “projetista da solidariedade” (HAUBRICH; HOFFMANN; MEUSER, 2006, p. 137), o arquiteto Bruno Taut, vinculado, desde 1924, à GEHAC (sociedade de caráter comunitário dedicada à construção de habitações). Fica evidente, nas edificações, a preocupação de Bruno Taut com a busca da individualização de cada prédio. Assim, por exemplo, o conjunto *Hufeisen-Siedlung*, projeto conjunto com o arquiteto Martin Wagner (conselheiro para o urbanismo de Berlim), que abrigava tanto casas quanto edifícios de apartamentos geminados, pode, por um lado, ser considerado com um exemplo de construção estandarizada, com o evidente intuito de redução de custos. Entretanto, para evitar a idéia de mesmice, os arquitetos propuseram formulações espaciais curvas assim como utilizaram abundantemente a cor e, ainda, tijolos à vista.

Ainda, em Berlim, entre outros exemplos, cabe enfatizar a importância do complexo habitacional *Siemensstadt*, efetuado a partir de 1928, sob a responsabilidade do arquiteto Martin Wagner e envolvendo diretamente profissionais como os arquitetos Walter Gropius, Hugo Häring, Otto Bartning, Paul Rudolf Henning, Fred Forbat, Hans Scharoun e Leberecht Migge (responsável pelo espaços verdes), todos vinculados ao agrupamento “Der Ring”, um dos importantes pólos aglutinadores de arquitetos vinculados à arquitetura moderna. Sobretudo Scharoun pode ser lembrado pelo plano geral de urbanização, no qual evita soluções esquemáticas e repetitivas, intercalando fileiras de edificações de tamanhos variados, edificações retas com curvas, o conjunto constituindo “um dos melhores exemplos de solução criativa e heterogênea para evitar a monotonia do estilo por filas que podemos encontrar na arquitetura moderna.” (SYRING; KIRSCHENMANN, 2004. p. 41).

De qualquer maneira, como bem lembra Tafuri – e isto é válido para as demais situações enfocadas no presente trabalho – é impossível analisar a experiência alemã por fora do contexto político específico e sem ter presente a “politização concreta d[esta] arquitetura” (TAFURI, 1985, p. 96).

O Caso do Brasil: Conjunto Pedregulho

Já o Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes, mais conhecido como Pedregulho foi projetado a partir da segunda metade dos anos quarenta, no Rio de Janeiro (Brasil). Contudo, em que pese inserir-se noutra conjuntura (aquela que se abre após a 2ª Guerra Mundial) e ter sido realizado num contexto bastante diferente daquele europeu, ou seja, num país do chamado Terceiro Mundo, o conjunto Pedregulho não constitui uma obra isolada. Pode ser considerado o apogeu de denso ciclo de projetos habitacionais, integrando um conjunto de iniciativas realizadas com os recursos dos Institutos de Aposentadorias e Pensões - IAPs, sobretudo no âmbito do Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do Distrito Federal, criado em 1946 (SEGAWA, 1997. p. 115 e segs.; BONDUKI, 1998, capítulo 2).

Nesse contexto, o tema da habitação coletiva é pensado pela primeira vez a partir de uma visão ampla e urbana. Segundo CAIXETA (2002), influenciados pela idéia de “unidade de vizinhança”, oriunda principalmente das experiências de Le Corbusier na *Unité d’Habitación* de Marsella, “Carmen Portinho e (Afonso Eduardo) Reidy propõem um projeto global de cidade baseado na construção de conjuntos residenciais autônomos, inseridos em diferentes pontos. Essa iniciativa envolvia um plano ainda maior, de cunho social – nele a habitação era concebida como serviço público” (CAIXETA, 2002, 61).

Este Departamento notabilizou-se por implementar uma série de projetos com características semelhantes ao Pedregulho, entre os quais podem ser lembrados o Conjunto Residencial do Realengo, do arquiteto Carlos Frederico Ferreira (implantado no final do período estadonovista); o projeto para a Vila Guiomar, em Santo André, de Carlos Frederico Ferreira (1949); o Conjunto Residencial Passo d'Areia, em Porto Alegre, de Marcos Kruter e Edmundo Gardolinski (1946); o Conjunto Habitacional da Gávea, também de Afonso Eduardo Reidy (1954), e o Conjunto Residencial de Vila Isabel, de Francisco Bolonha (1955).

O arquiteto foi Afonso Eduardo Reidy (1909-1964) que ingressou no serviço público federal em 1932, no quadro de mudanças de rumo político que o país estava vivendo, a partir da chamada Revolução de 30, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. O projeto paisagístico de Roberto Burle Marx e os painéis, com azulejos, são de autoria de Candido Portinari, Burle Marx e Anísio Medeiros. Reidy ficou na atividade pública até sua morte, o que explica sua pouca vinculação com obras privadas. Mas, desde cedo, destacou-se por seu interesse e envolvimento com as causas sociais. Um dos destaques de sua obra no serviço público foi a aposta que o arquiteto fez em um novo modelo de organização urbana, desenvolvendo uma série de anteprojetos, que junto a Albergue da Boa Vontade, representam os primeiros exemplos de expressões racionalistas (CAIXETA, 2002, 60). O Albergue da Boa Vontade, é um projeto de vanguarda de Afonso Reidy, de 1931, e pode ser considerada a primeira obra modernista do Rio de Janeiro. Sobretudo, o arquiteto deve ser lembrado como um dos impulsionadores na afirmação da arquitetura moderna brasileira.

O Conjunto Pedregulho expressa a compreensão pelo público, em geral, e pelas autoridades, em particular, de que a função habitar deveria prever, além da vida dentro de casa, atividades externas – serviços e instalações complementares – no sentido de oferecer aos habitantes facilidades no cotidiano (BONDUKI, 2000, p. 83). Tendo sido projetado para abrigar funcionários públicos do Distrito Federal (então sediado no Rio de Janeiro), o conjunto habitacional foi construído no Morro do Pedregulho em São Cristóvão, Rio de Janeiro, compreendendo blocos residenciais. Além disto, um serviço de infra-estrutura foi implementado tal como jardim-de-infância, maternal, berçário, escola primária, mercado, lavanderia, centro sanitário, quadras esportivas, ginásios, piscina, vestiários e centro comercial. O conceito de morar em um conjunto habitacional auto-suficiente com relação ao resto da cidade foi imperativo na configuração da comunidade que passa a viver associada ao mesmo espaço físico: intensifica e qualifica as relações cotidianas, fortalece laços de identidade social e recupera o sentimento de vida em comunidade.

Um dos desafios enfrentados por Reidy no projeto do Conjunto Pedregulho foi vencer o declive natural do terreno. Não há dúvidas que o marco do conjunto é a grande edificação sinuosa, com passarelas e pilotis duplos em algumas áreas. O edifício em barra curva, sobretudo inspirada na morfologia do terreno, causa forte impacto formal e oferece identidade ao conjunto por meio do movimento integrador com a paisagem e sítio. Movimento que também pode ser compreendido como a convivência de um grupo de pessoas com o mesmo objetivo, o de vivenciar espaços comunitários, que lhes ofereçam qualidade de vida. Movimento que pode representar a mudança de posição das pessoas que passam a habitar novos espaços públicos e privados, pensados como um conjunto urbano, espaços que são capazes de estimular a circulação de seus habitantes convivendo em diferentes ambientes de serviços oferecidos, de lazer, cultura e habitação.

Inúmeras influências conjugaram-se neste conjunto habitacional. Certamente as obras de Le Corbusier que materializaram muitas de suas idéias sobre a habitação moderna foram levadas em consideração na produção de arquitetos brasileiros, como é o caso de Reidy. Outra citação importante é o exemplo de Oscar Niemeyer, que além da criação do bairro residencial da Pampulha, em Belo Horizonte, teve expressiva contribuição formal na arquitetura moderna brasileira, como é o caso do Edifício Niemeyer, edifício de apartamentos em Belo Horizonte. Porém, o conjunto mais semelhante aos propósitos do Pedregulho talvez seja o Parque Guinle, de Lucio Costa, no Rio de Janeiro. O agrupamento de diversos blocos de apartamentos com linguagem arquitetônica semelhante, a ambiência e adaptação da arquitetura à natureza, além da integração espacial configurada pelo conjunto, sugerem a promoção da vida em comunidade, como é a intenção do edifício Pedregulho. Mas, também, é impossível pensar que Reidy não estivesse a par das propostas levadas a cabo por arquitetos alemães no período entre-guerras, através dos *Siedlungen* abordados acima, tanto em termos de conceituações adotadas como de realizações efetuadas.

O debate internacional a cerca dos problemas urbanos em geral, e habitacionais, em específico, sistematizado principalmente nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), teve repercussões notórias em diversos conjuntos residenciais populares construídos no Brasil.

Conclusões 209 palavras

A opção pelo enfoque de algumas experiências pontuais no campo da arquitetura e do urbanismo, direcionadas à conjuntos habitacionais de baixa renda, realizados sob a ótica dos pressupostos modernistas nos apresenta alguns caminhos no sentido da busca de um maior conhecimento sobre a Arquitetura e o fazer arquitetônico no Período da Arquitetura Moderna.

Alguns subsídios para uma melhor qualificação da Arquitetura atual e futura podem ser alicerçados nos exemplos históricos, especialmente no que diz respeito às questões sociais, tais como se a construção da habitação de interesse social deveria ser encarada de forma lucrativa, ou seja, se a habitação de interesse social pode ser considerada uma mercadoria como tantas outras. Também, a importância da participação do usuário no processo de definição da moradia poderia ser lembrada, o que, mesmo em termos insuficientes, ocorreu em alguns dos exemplos enfocados. Ainda, a preocupação de alguns arquitetos, conforme alguns exemplos, de fugir à padronização formal poderia ser lembrada. Sobretudo, pode-se ter presente que os exemplos exitosos, parcial ou totalmente, são ou foram exceções no contexto das atitudes e práticas relativas às realizações envolvendo habitação de baixa renda.

O presente estudo pretende, neste sentido, resgatar algumas proposições que possam subsidiar criticamente a prática projetual atual no domínio da Habitação de Interesse Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMETOVA, Maria et all. Construir la revolución: arte y arquitectura em Rusia, 1915-1935. Trad. do inglês por María Luisa Balseiro. Madrid: Fundación “la Caixa” Turner, 2011.

BENEVOLO, Leonardo. História da arquitetura moderna. Trad. do italiano por A. M. Goldberger. São Paulo: Perspectiva, 1976.

BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de História”. Tese 16. In: Idem. Obras escolhidas. Vol. 1: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. por Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BROUÉ, P., União Soviética: da Revolução ao colapso. Coord. da trad. por Robert Ponge. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1996.

BRUNA, Paulo. Os primeiros arquitetos modernos: habitação social no Brasil 1930-1950. São Paulo: Editora da USP, 2010.

CAIXETA, Eline Maria Moura Pereira. Uma arquitetura para a cidade: a obra de Affonso Eduardo Reidy. ARQTEXTO (UFRGS), Porto Alegre, v. 2, p. 58-67, 2002.

COHEN, Jean-Louis. Encuentros difíciles: la arquitectura de la vanguardia rusa, entre Oriente y Occidente. Trad. do inglês por María Luisa Balseiro. In: AMETOVA, Maria et all. Construir la revolución: arte y arquitectura em Rusia, 1915-1935. Madrid: Fundación "la Caixa" Turner, 2011.

CURTIS, William. Arquitetura moderna desde 1900. Trad. por Alexandre Salvaterra. 3º ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

DAVIS, Mike. Planeta favela. Trad. por Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

ELEB, Monique (avec Anne Debarre). Architectures de la vie privée: maisons et mentalités : XVII-XIXe siècles. Paris : Hazan, 1999.

FEO, Vittorio De. La arquitectura en la U.R.S.S., 1917-1936. Trad. por Dolores Fonseca. Madrid: Alianza Editorial, 1979.

FRAMPTON, Kenneth. História crítica da arquitetura moderna. Trad. por Jefferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FUSCO, Renato de. Historia de la Arquitectura Contemporanea. Madrid: Celeste Ediciones, 1992.

GAETE, Arnoldo. El proyecto de la vivienda económica. Buenos Aires: Nobuko, 2006.

GUERRAND, Roger-Henri. "Espaços privados". In: PERROT, Michelle (Org.). História da vida privada. T. 4: Da Revolução Francesa à 1ª Guerra. Trad. Por Denise Bottmann e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GUINZBOURG, Moïsseï. Le style et l'époque: problèmes de l'architecture moderne (1924). Trad. par Stéphane Renard. Paris: Pierre Mardaga, 1982.

HAUBRICH, Rainer, HOFMANN, Wolfgang; MEUSER, Philipp. Berlin: the architecture guide. Trad. por Fremdspracheninstitut Dresden. Berlin: Braun, 2006.

KOPP, Anatole. Changer la vie, changer la ville. Paris (França): U.G.E., 1975.

KOPP, Anatole. Architecture et mode de vie. Grenoble (França): Presses universitaires de Grenoble, 1979.

KOPP, Anatole. Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa. Tradução de Edi G. de Oliveira. São Paulo: Nobel, 1990.

MILLER-LANE, Barbara. *Architecture and politics in Germany, 1918-1945*. London/ Cambridge/ Massachusetts: Harvard University Press, 1985.

PEHNT, Wolfgang. La arquitectura expresionista. Trad. do alemão por Justo Beramendi. Barcelona: Gustavo Gili, 1975.

RAGON, M. Histoire mondiale de l'architecture et de l'urbanisme modernes. Tome 2: Pratiques et méthodes. 1911-1971. Belgique (Tournai): Casterman, 1972.

RYKWERT, Joseph. La casa de Adán em el paraíso. Trad. do inglês por Justo G. Beramendi. Barcelona: Gustavo Gili, 1974.

SEGAWA, Hugo. Arquiteturas no Brasil: 1900-1990. São Paulo: Editora da USP, 1997.

SYRING, Eberhard; KIRSCHENMANN, Jörg. Hans Scharoun, 1893-1972: proscrito de la modernidad. Trad. por M. Latido. Colônia: Taschen, 2004.

TAFURI, Manfredo. Teorias e História da Arquitetura (1968). Trad. por Ana Brito e Luis Leitão. Lisboa: Editorial Presença, 1979.

TAFURI, Manfredo. Projet et utopie : de l'avant-garde à la Métropole (1973). Trad. por Françoise Brun et Ligia Ravé-Emy. Paris: Dunod, 1985.